

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1431119 - RN (2014/0017185-1)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PROCURADORE : RICARDO GEORGE FURTADO DE MENDONÇA E S**  
**MENEZES E OUTRO(S) - RN001665**  
**CARLOS FREDERICO BRAGA MARTINS - DF048750**  
**AGRAVADO : ANTÔNIO JOSÉ ANDRADE NEVES DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : FRANCISCO DE ASSIS DA CUNHA**  
**AGRAVADO : MARCOS FERNANDO PEREIRA DE AQUINO**  
**AGRAVADO : SARA MARIA GALVÃO**  
**AGRAVADO : MARIA NILZA DE OLIVEIRA MONTEIRO**  
**ADVOGADO : VICENTE BRUNO DE OLIVEIRA MONTEIRO E OUTRO(S) - RN007994**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPLANTAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA. LIMITES ORÇAMENTÁRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. INAPLICABILIDADE.

1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que *"os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere às despesas com pessoal do ente público, não podem servir de fundamento para o não cumprimento de direitos subjetivos do servidor"* (AgInt no REsp 1.678.968/RO, 1ª T., Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 05.04.2018) (AgInt no REsp 1.772.604/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 23/04/2019). Nesse mesmo sentido: AgInt no RMS 60.779/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/08/2019; AgRg no AREsp 539.468/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/12/2018.
2. *"Afigura-se inadequado o pedido de instauração do incidente de inconstitucionalidade do art. 19, § 1o., IV da LRF, com fulcro no art. 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante 10/STF, pois não houve declaração de inconstitucionalidade do dispositivo legal suscitado, tampouco o afastamento deste, mas tão somente a interpretação do direito infraconstitucional aplicável à espécie"* (AgRg no AREsp 475.187/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/11/2015).
3. Agravo interno não provido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator

